



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA  
CÂMARA MUNICIPAL

ORIGINAL

**CONSULTA PRÉVIA**

**“AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS INFORMÁTICOS”**

**CADERNO DE ENCARGOS**

CLÁUSULAS JURÍDICAS E TÉCNICAS



## Conteúdo

Objeto.....	3
Contrato.....	3
Prazo .....	4
Condições da aquisição.....	4
Preço Base.....	4
Obrigações principais do fornecedor .....	4
Conformidade e operacionalidade dos bens .....	5
Entrega dos bens objeto do contrato .....	5
Inspeção e testes.....	6
Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias.....	6
Aceitação dos bens.....	6
Garantia técnica .....	7
Objeto do dever de sigilo .....	8
Prazo do dever de sigilo.....	8
Preço contratual .....	8
Condições de pagamento .....	9
Penalidades contratuais .....	9
Força maior .....	9
Resolução por parte do contraente público .....	10
Caução.....	11
Seguros.....	11
Foro competente.....	12
Subcontratação e cessão da posição contratual.....	12
Comunicações e notificações .....	12
Contagem dos prazos .....	12
Prevalência.....	12
Legislação aplicável.....	13
PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS .....	14



## PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

### Capítulo I

#### Disposições gerais

##### Cláusula 1.<sup>a</sup>

##### **Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a “Aquisição de equipamentos informáticos, de acordo com as características técnicas definidas na parte II – Cláusulas Técnicas, do presente caderno de encargos”.

##### Cláusula 2.<sup>a</sup>

##### **Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.



MUNICIPIO DE BRAGANÇA  
CÂMARA MUNICIPAL

ORIGINAL

Cláusula 3.<sup>a</sup>

**Prazo**

O contrato mantém-se em vigor até à conclusão da entrega dos bens no Município de Bragança, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato, concretamente no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da notificação de adjudicação.

Cláusula 4.<sup>a</sup>

**Condições da aquisição**

O Município não se obriga a adquirir a totalidade dos bens previstos no Caderno de Encargos.

Cláusula 5.<sup>a</sup>

**Preço Base**

O valor base para efeito do presente procedimento é no máximo 39.950,00€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Capítulo II

**Obrigações contratuais**

Secção I

**Obrigações do prestador de serviços**

Subsecção I

**Disposições gerais**

Cláusula 6.<sup>a</sup>

**Obrigações principais do fornecedor**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:
  - a) Obrigação de entrega dos serviços identificados na sua proposta;
  - b) Obrigação de garantia dos bens;
  - c) Obrigação de continuidade de fabrico;
  - d) Obrigação de prestar e cumprir as condições fixadas para o fornecimento, nomeadamente:



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA  
CÂMARA MUNICIPAL

- Obrigação de assumir a responsabilidade por eventuais danos causados nos equipamentos e outros bens existentes nas instalações do Município de Bragança, bem como quaisquer outros resultantes das atividades inerentes ao fornecimento;
- Obrigação de prestar Município de Bragança, em qualquer tempo na pendência do fornecimento, as informações e esclarecimentos relativos ao mesmo, prestados no âmbito do contrato a celebrar, em conformidade com as cláusulas do presente caderno de encargos;
- Obrigação de responsabilizar-se pelos atos praticados por todas as pessoas que no âmbito do contrato a celebrar, exerçam funções por sua conta, considerando-se para esse efeito como órgãos ou agentes do adjudicatário.

Cláusula 7.<sup>a</sup>

**Conformidade e operacionalidade dos bens**

1. O fornecedor obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na parte II (Cláusulas Técnicas) do presente Caderno de Encargos.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos serviços.
4. O fornecedor é responsável perante o Município de Bragança por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 8.<sup>a</sup>

**Entrega dos bens objeto do contrato**

1. Os bens objeto do contrato devem ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da notificação de adjudicação.
2. O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos [em língua portuguesa], que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.
3. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens/serviços objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do fornecedor.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA  
CÂMARA MUNICIPAL

Cláusula 9.<sup>a</sup>

**Inspeção e testes**

1. Feita a entrega dos bens objeto do contrato, o Município de Bragança procede, no prazo máximo de 10 (dez) dias, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais constantes na parte II – Cláusulas Técnicas, do presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Durante a fase de realização de testes, o adjudicatário deve prestar ao Município de Bragança, toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.

Cláusula 10.<sup>a</sup>

**Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias**

1. No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na parte II – Cláusulas Técnicas, do presente caderno de encargos, o Município de Bragança deve disso informar, por escrito, o fornecedor.
2. No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município de Bragança às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo fornecedor, no prazo respetivo, a Município de Bragança procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 11.<sup>a</sup>

**Aceitação dos bens**

1. Caso os testes a que se refere a cláusula 9.<sup>a</sup> do presente caderno de encargos comprovem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na parte II – Cláusulas Técnicas, do presente caderno de encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do final dos testes, um auto de receção, assinado pelos representantes do fornecedor e do Município de Bragança.



**MUNICIPIO DE BRAGANÇA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**ORIGINAL**

2. Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para o Município de Bragança, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.
3. A assinatura do auto a que se refere o n.º 1 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos equipamentos objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na parte II – Cláusulas Técnicas, do presente caderno de encargos.

Cláusula 12.<sup>a</sup>

**Garantia técnica**

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina a contratação pública, o fornecedor garante os bens objeto do contrato, pelo prazo indicado na sua proposta, de 3 anos a contar da data da assinatura do auto de receção, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na parte II – Cláusulas Técnicas, do presente caderno de encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.
2. A garantia prevista no número anterior abrange:
  - a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
  - b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
  - c) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
  - d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
  - e) O transporte dos bens ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
  - f) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
  - g) A mão-de-obra;
  - h) A intervenção no dia útil seguinte à comunicação da ocorrência e nas instalações do cliente.
3. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo máximo de 10 (dez) dias.



MUNICIPIO DE BRAGANÇA  
CÂMARA MUNICIPAL

4. No caso de ser ultrapassado o prazo estabelecido no ponto anterior, o fornecedor obriga-se a entregar equipamento de substituição de características idênticas ao avariado, pelo período necessário à reparação.

Subsecção II  
**Dever de sigilo**

Cláusula 13.<sup>a</sup>

**Objeto do dever de sigilo**

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Bragança, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 14.<sup>a</sup>

**Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II  
**Obrigações do Município de Bragança**

Cláusula 15.<sup>a</sup>

**Preço contratual**

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Bragança deve pagar ao prestador de





MUNICIPIO DE BRAGANÇA  
CÂMARA MUNICIPAL

serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, [incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças].

Cláusula 16.<sup>a</sup>

**Condições de pagamento**

3. As condições de pagamento do encargo do fornecimento são as seguintes:
  - a) A fatura deverá ser em conformidade com a solicitação apresentada pela Câmara Municipal;
  - b) O pagamento será efetuado contra a apresentação de fatura nas condições indicadas pelo concorrente não podendo a sua liquidação efetiva verificar-se depois de decorridos 60 dias úteis, contados da data de entrega da fatura.

Capítulo III

**Penalidades contratuais e resolução**

Cláusula 17.<sup>a</sup>

**Penalidades contratuais**

1. No caso de não cumprimento dos prazos fixados para a prestação dos serviços, por razões imputáveis ao prestador de bens é, cominável com multa calculada da seguinte forma:

$P = V \times A/500$ , em que P corresponde ao montante da penalidade, V é igual ao valor do contrato do fornecimento dos bens e A é o número de dias em atraso.

2. Havendo lugar a penalidades o correspondente valor será deduzido na importância a pagar ao prestador de serviços.

Cláusula 18.<sup>a</sup>

**Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de



**MUNICÍPIO DE BRAGANÇA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**ORIGINAL**

força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 19.<sup>a</sup>

**Resolução por parte do contraente público**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Bragança pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
  - a) Pelo atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato superior a mês e meio ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA  
CÂMARA MUNICIPAL

- b) Incumprimento dos termos e prazos de prestação de garantia técnica constantes do n.º 3 da cláusula 12ª do presente caderno de encargos, superior a 20 (vinte) dias;
  - c) Atraso na entrega da documentação indicada no contrato celebrado ou solicitada pelo Município de Bragança, respeitante direta ou indiretamente com o objeto do contrato superior a 15 (quinze) dias;
  - d) Os testes de aceitação previstos na cláusula sétima não forem executados com os resultados estabelecidos, por razões imputáveis ao fornecedor;
  - e) Prestação de falsas declarações.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Bragança.

Cláusula 20.ª

**Caução**

- 1. No âmbito do presente contrato não é exigível a prestação de caução.
- 2. O Município de Bragança, se o considerar conveniente, pode proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos.

Capítulo IV

**Seguros**

Cláusula 21.ª

**Seguros**

- 1. É da responsabilidade do fornecedor a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos inerentes ao desenvolvimento da sua atividade.
- 2. O Município de Bragança pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo de cinco dias.



MUNICIPIO DE BRAGANÇA  
CÂMARA MUNICIPAL

Capítulo V

**Resolução de litígios**

Cláusula 22.<sup>a</sup>

**Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI

**Disposições finais**

Cláusula 23.<sup>a</sup>

**Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 24.<sup>a</sup>

**Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 21.<sup>a</sup>

**Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos.

Cláusula 22.<sup>a</sup>

**Prevalência**

1. Farão parte integrante do contrato a outorgar o caderno de encargos, o convite e a proposta do adjudicatário.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA  
CÂMARA MUNICIPAL

ORIGINAL

2. Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do contrato, seguidamente, o caderno de encargos e o convite e em último lugar a proposta do adjudicatário.

Cláusula 23.<sup>a</sup>

**Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.



MUNICIPIO DE BRAGANÇA  
CÂMARA MUNICIPAL

ORIGINAL

**PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS**

O objeto do contrato consiste, na aquisição de equipamento informático – equipamentos desktop e portáteis, devendo obedecer aos seguintes requisitos mínimos:

EQUIPAMENTOS DESKTOP		QUANTIDADE: 30
Sistema Central		
Processador	≥ Intel Core i5-7500	
Memória instalada (GB)	≥ 8 GB DDR4	
Memória máxima (GB)	≥ 32 GB DDR4	
N.º de ranhuras de memória livres	≥ 1	
Características físicas		
Tipo de Chassis	Small Form Factor	
Armazenamento		
Disco Rígido	≥ 500 GB SATA 7200rpm (2,5")	
Drive ótica	DVDRW	
Sistema Gráfico		
Placa gráfica integrada	Sim	
Controladora gráfica	Intel HD Graphics 630 ou equivalente	
Saída de vídeo	Display Port e HDMI (nativa ou com recurso a adaptadores)	
Sistema de Som		
Processador de som	Sim	
Altifalantes	Sim	
Ligação para auscultadores/microfone	Sim	
Conectividade (integrada no chassis)		
Controlador de rede Ethernet (RJ45) - (Mbps)	10/100/1000	
N.º de portas USB total	≥ 8	
N.º de portas USB (3.0)	≥ 4	
N.º de portas USB frontais (3.0)	≥ 2	
Slot M.2 PCIe x1	≥ 1	
Software		
Sistema operativo	Windows 10 Pro OEM	
Aplicações	Office 2016 Home & Business	
Periféricos		
Monitor	24" LED 1920 x 1080 60Hz, 250cd/m2, 5ms, com ajuste de inclinação, inclusão de cabo HDMI e cabo VGA	



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA  
CÂMARA MUNICIPAL

ORIGINAL

Teclado	QWERTY Português USB, com leitor de cartão de cidadão incorporado
Rato c/fio	USB Ótico Scroll c/fio
<b>Garantia</b>	
Garantia	Garantia de 3 anos, incluindo 3 anos para peças, mão-de-obra e serviço nas instalações do cliente, no dia útil seguinte.
<b>Eficiência energética</b>	
Unidade central do computador e monitor em conformidade com a norma ENERGY STAR	Sim
<b>Controlo</b>	
Controlo	O computador e o monitor têm que ser do mesmo fabricante. Todos os equipamentos devem vir identificados com o código do modelo (Part number) e o nº de série (Serial number).

EQUIPAMENTOS PORTÁTEIS		QUANTIDADE: 10
Sistema Central		
Processador	≥ Intel Core i7-7500	
Memória instalada (GB)	≥ 8 GB DDR4	
Memória máxima (GB)	≥ 16 GB DDR4	
Armazenamento		
Disco Rígido	≥ 1 TB 5400 rpm sata3	
Drive ótica	DVDRW	
Sistema Gráfico		
Placa gráfica	AMD Radeon TM R5 M430 ou equivalente	
Saída de vídeo	VGA e Display Port e HDMI	
Multimédia		
Processador de som	Sim	
Microfone integrado	Sim	
Webcam integrada de alta definição	Sim	
Entrada universal de fones de ouvido	Sim	
Colunas integradas	Sim	
Conectividade		
Controlador de rede Ethernet (RJ45) - (Mbps)	10/100/1000	
N.º de portas USB total	≥ 3	
Bluetooth 2.0 ou superior integrado	Sim	
Rede wireless 802.11ac	Sim	



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA  
CÂMARA MUNICIPAL

ORIGINAL

Software	
Sistema operativo	Windows 10 Pro OEM
Aplicações	Office 2016 Home & Business
Diversos	
Ecrã	WLED de 15,6" com antirreflexo (16:9) e alta definição (1.366 x 768), 200 nits
Teclado integrado	QWERTY Português, com teclado numérico integrado
Mala de transporte	Sim
Peso	<= 2 kg
Rato c/fio	USB Ótico Scroll c/fio
Garantia	
Garantia	Garantia de 3 anos, incluindo 3 anos para peças, mão-de-obra e serviço nas instalações do cliente, no dia útil seguinte.
Eficiência energética	
Conformidade com a norma ENERGY STAR	Sim

O Presidente da Câmara Municipal

Hernâni Dinis Venâncio Dias, Dr.